

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA**

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Não deixe de preencher as informações a seguir:

<i>Prédio</i>		<i>Sala</i>
<i>Nome</i>		
<i>Nº de Identidade</i>	<i>Órgão Expedidor</i>	<i>UF</i>
		<i>Nº de Inscrição</i>

ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

ATENÇÃO

- *Abra este Caderno, quando o Fiscal de Sala autorizar o início da Prova.*
- *Observe se o Caderno está completo. Ele deverá conter 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas cada, assim distribuídas:*
 - **Conhecimentos Gerais** – 10 (dez) questões de Português, 05 (cinco) questões de Informática, 05 (cinco) questões de Raciocínio Lógico-Quantitativo; e
 - **Conhecimentos Específicos** – 10 (dez) questões de Noções de Direito Constitucional e Administrativo, 10 (dez) questões de Direito Financeiro e 10 (dez) questões de Contabilidade Pública.
- *Se o Caderno estiver incompleto ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe, imediatamente, ao Fiscal.*
- *Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o Número do seu Documento de Identidade, a Unidade da Federação e o Número de Inscrição.*
- *Para registrar as alternativas escolhidas nas questões objetivas de múltipla escolha, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição impresso no Cartão coincide com o seu Número de Inscrição.*
- *As bolhas constantes do Cartão-Resposta devem ser preenchidas totalmente, com caneta esferográfica azul ou preta.*
- *Preenchido o Cartão-Resposta, entregue-o ao Fiscal e deixe a sala em silêncio.*

PORTUGUÊS

TEXTO 01 para as questões de 01 a 03

De tanto ver triunfar as nulidades; de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça. De tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto.

Rui Barbosa

01. Repetindo a expressão “De tanto”, o autor pretende transmitir ao leitor que

- A) a ação ocorre eventualmente no cotidiano.
- B) os fatos e as ações acontecem com bastante frequência no dia a dia.
- C) nem sempre os gestos acontecem em momentos e locais apropriados.
- D) quase todos os gestos humanos se repetem, embora a frequência seja limitada.
- E) a repetição de cenários causa, ao mesmo tempo, constrangimento e prazer.

02. Interpretando-se o trecho “...o homem chega a desanimar-se da virtude...”, tem-se que

- A) todo homem busca incessantemente suas virtudes.
- B) o desânimo fortalece o surgimento das virtudes humanas.
- C) a busca da virtude deve ser uma eventualidade na vida humana.
- D) há momentos em que o homem quase desiste de praticar o bem.
- E) a fraqueza humana impulsiona o homem à prática da virtude.

03. Observe o trecho abaixo:

"De tanto ver triumfar as nulidades; de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça."

Sobre os verbos sublinhados, tem-se como CORRETO que

- A) o primeiro não pede complemento.
- B) o segundo pede complemento regido de preposição.
- C) apenas o segundo exige complemento não regido de preposição.
- D) todos eles exigem complemento, e este não vem regido de preposição.
- E) tanto o primeiro como o segundo exigem complemento regido de preposição.

TEXTO 02 para as questões de 04 a 07

A IMPORTÂNCIA DA CONTROLADORIA

Reinaldo Luiz Lunelli*

As empresas modernas e que se preocupam com um processo de gestão bem desenvolvido necessitam de uma estrutura organizacional bem delineada para a sua sobrevivência. Nesse novo cenário, surge um órgão interno cuja finalidade é garantir que as informações sejam adequadas ao processo decisório e que esteja sempre pronto a apoiar a diretoria da entidade no processo de gestão. É claro que estamos falando da controladoria!

A necessidade de manter a empresa sempre competitiva exige uma equação que une produtividade e eficiência à alta lucratividade a custos menores; então, uma função, que antes era apenas de suporte, passa a ter uma importância estratégica, mas suprir a demanda por controladoria tem sido um dos grandes problemas para as empresas.

Para ser um bom controller, é necessário ter o conhecimento em gestão organizacional, de recursos humanos, supply e produção, por exemplo. Esse conhecimento vem de um controle preciso de indicadores da empresa, que envolvem um melhor gerenciamento da contabilidade, dos custos, das finanças e da tecnologia da informação, dentre outros. O controle precisa envolver auditorias complexas e que cheguem ao nível de detalhes não demonstrados diretamente em relatórios contábeis.

Disponível em: www.portaldacontabilidade.com.br

04. Observe os itens abaixo:

- I. "...é garantir que as informações sejam adequadas ao processo decisório..."
- II. "...é necessário ter o conhecimento em gestão organizacional..."

Sobre os termos neles sublinhados, conclui-se que

- A) no item I, eles completam o sentido do verbo "ser".
- B) no item II, eles se ligam ao substantivo "necessário".
- C) tanto no item I como no II, eles são complementos verbais.
- D) em ambos os itens, eles indicam exemplo de regência nominal.
- E) no item I, eles completam o sentido do verbo "adequar".

05. Em relação à ACENTUAÇÃO, analise os itens abaixo:

- | |
|--|
| <p>I. "...passa a ter uma <u>importância estratégica</u>..."</p> <p>II. "Nesse novo <u>cenário</u>, surge um <u>órgão</u> interno..."</p> <p>III. "...cheguem ao <u>nível</u> de detalhes não demonstrados diretamente em <u>relatórios contábeis</u>."</p> |
|--|

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) No item I, o primeiro termo sublinhado se acentua por ser paroxítono terminado em hiato.
- B) No item II, a tonicidade do segundo termo sublinhado recai na última sílaba.
- C) No item III, a tonicidade dos termos sublinhados recai na penúltima sílaba.
- D) No item II, o primeiro termo sublinhado se acentua por ser paroxítono terminado em hiato.
- E) A tonicidade dos termos sublinhados no item I recai na penúltima sílaba.

06. Observe as vírgulas existentes nos itens abaixo:

- | |
|---|
| <p>I. "Esse conhecimento vem de um controle preciso de indicadores da empresa, que envolvem um melhor gerenciamento da contabilidade, dos custos, das finanças e da tecnologia da informação, dentre outros."</p> <p>II. "Nesse novo cenário, surge um órgão interno cuja finalidade é garantir..."</p> <p>III. "...passa a ter uma importância estratégica, mas suprir a demanda por controladoria tem sido um dos grandes problemas para as empresas."</p> |
|---|

Sobre elas, tem-se como **CORRETO** o que se afirma na alternativa

- A) No item I, a segunda e a terceira vírgula separam elementos de mesma função sintática.
- B) No item II, a vírgula separa elementos explicativos.
- C) No item III, a vírgula é facultativa.
- D) No item I, estaria também correto, se houvesse uma vírgula após o termo "finanças".
- E) No item III, poderia haver uma vírgula após o termo "controladoria", e isso não caracterizaria uma desobediência às normas gramaticais.

07. Após a leitura do texto, conclui-se que

- A) de um modo geral, as empresas concebem a controladoria como um suporte desnecessário às ações do seu cotidiano.
- B) as empresa modernas tendem a negligenciar quanto ao desenvolvimento de suas ações em prol de resultados profícuos.
- C) o espírito de competitividade encontra-se ausente na grande maioria das empresas atuais.
- D) ao bom controller, exige-se apenas competência na área de gestão de recursos humanos.
- E) a controladoria tem como finalidade garantir que as informações estejam adequadas ao processo decisório.

TEXTO 03 para as questões de 08 a 10

SABER VIVER

Cora Coralina

*Não sei... se a vida é curta
ou longa demais para nós,
mas sei que nada
do que vivemos tem sentido,
se não tocamos o coração das pessoas.*

*Muitas vezes basta ser:
o colo que acolhe,
o braço que envolve,
a palavra que conforta,
o silêncio que respeita,
a alegria que contagia,
a lágrima que corre,
o olhar que acaricia,
o desejo que sacia,
o amor que promove.*

*E isso não é coisa de outro mundo,
é o que dá sentido à vida.
É o que faz com que ela não
seja nem curta, nem longa demais,
mas que seja intensa, verdadeira,
pura enquanto ela durar...*

08. Se o termo "vida" fosse substituído por "tempo", estaria CORRETO o texto indicado na alternativa

- A) É o que faz com que ele não seja nem curto, nem longo demais, mas que seja intensa, verdadeiro, puro enquanto ela durar.
- B) É o que faz com que ele não seja nem curto, nem longo demais, mas que seja intenso, verdadeiro, puro enquanto ele durar.
- C) É o que faz com que ele não seja nem curto, nem longo demais, mas que seja intenso, verdadeiro, puro enquanto ela durar.
- D) É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto ele durar.
- E) É o que faz com que ele não seja nem curto, nem longo demais, mas que seja intenso, verdadeiro, pura enquanto ela durar.

09. Quanto à MORFOLOGIA, analise os itens abaixo:

- I. "do que vivemos tem sentido."
- II. "é o que dá sentido à vida."
- III. "ou longa demais para nós,"
- IV. "enquanto ela durar..."
- V. "mas que seja intensa, verdadeira,"

Sobre os termos sublinhados, está CORRETO o que se afirma em

- A) No item I, classifica-se como palavra variável, que caracteriza o seu antecedente.
- B) No item II, trata-se de pronome demonstrativo.
- C) No item III, é palavra invariável que exprime circunstância modal.
- D) No item IV, poderia ser substituído pelo conectivo "embora", sem alterar o sentido original da frase.
- E) No item V, classifica-se como conectivo que exprime ideia de adição.

10. Segundo Cora Coralina,

- A) a vida é prazerosa quando se procura o isolamento diante da coletividade.
- B) o mundo se cerca de pessoas de alma bondosa e coração caridoso.
- C) a vida só tem sentido, se partilhada com os outros.
- D) o altruísmo é algo abominável na vida humana.
- E) é preciso nutrir um sentimento de desdém com o próximo para se viver bem.

INFORMÁTICA

11. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Linux e o Windows são sistemas operacionais distintos e possuem comandos diferentes para executar uma mesma tarefa.
- B) O sistema operacional gerencia os componentes dos sistemas computacionais.
- C) O sistema operacional oferece uma interface mais simples para uso dos sistemas computacionais.
- D) O sistema operacional gerencia a memória dos sistemas computacionais.
- E) O sistema operacional do computador sai de funcionamento, quando se estiver executando um navegador de Internet.

12. Assinale a alternativa CORRETA.

- A) A repetida aplicação de um comando de compactação de arquivos gera um arquivo compactado consideravelmente menor que o resultante de uma única aplicação do compactador.
- B) O desfragmentador de disco reúne os clusters que fazem parte de um mesmo arquivo, para que fiquem em posições próximas e em sequência na unidade de disco.
- C) Cluster é a maior quantidade de informação que um sistema operacional consegue gerenciar em um disco.
- D) A memória RAM armazena os dados na forma de pulsos elétricos; assim os dados continuam armazenados, mesmo quando não há energia, até que seja executado um programa de limpeza da memória.
- E) Resolução é a quantidade de pixels, que o monitor consegue mostrar, resultando na qualidade da imagem. Os pixels são desenhados pelo monitor, não, pela placa de vídeo.

13. Sobre agentes de segurança da informação, analise as assertivas abaixo:

- I. Firewall é um programa, que cria uma barreira de proteção contra tentativas de comunicação com o computador protegido.
- II. O sistema detector de intrusos é um conjunto de tecnologias, que procura descobrir, em uma rede, os acessos não autorizados a ela que podem indicar a ação de invasores.
- III. Criptografia é um processo matemático para embaralhar uma mensagem digital, tornando sua leitura incompreensível a quem não possua a chave para desembaralhar a mensagem.
- IV. AntiSpam são programas, que podem classificar as mensagens de e-mail recebidas como sendo aceitáveis ou como sendo spam (indesejadas).

Estão CORRETAS

- A) apenas I e II.
- B) apenas I e III.
- C) apenas II e III.
- D) apenas I, II e III.
- E) I, II, III e IV.

14. Sobre Microsoft Office, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Os programas Excel, PowerPoint e Word permitem a edição de textos e tabelas no mesmo formato e têm sempre as mesmas finalidades.
- B) Os arquivos gravados pelo Excel (formato .xls) podem ser lidos e corretamente interpretados pelo Word (formato .doc).
- C) No Word, o botão ¶, quando acionado, mostra marcas de parágrafos e outros símbolos de formatação ocultos.
- D) No Excel, para calcular a média dos valores contidos no intervalo de células A1 a A4 dentro de uma planilha, é necessário utilizar a função SOMA (A1 : A4).
- E) Excel é o único capaz de incluir gráficos, o que não pode ser feito no Word nem no PowerPoint.

15. Um Browser (navegador) é um aplicativo

- A) de conexão de computadores na rede.
- B) para recebimento e envio de e-mails.
- C) que transmite qualquer arquivo pela Internet.
- D) que realiza a leitura de arquivos no formato HTML.
- E) gerenciador dos recursos de multimídia do computador.

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

16. Chama-se tautologia a proposição sempre verdadeira, independente de quais sejam os valores lógicos das proposições que a compõem. Assinale a alternativa que apresenta uma tautologia.

- A) Se o sapato é vermelho, então o sapato é vermelho e a bolsa é branca.
- B) Se o sapato é vermelho, então o sapato é vermelho ou a bolsa é branca.
- C) Se o sapato é vermelho ou a bolsa é branca, então a bolsa é branca.
- D) Se o sapato é vermelho ou a bolsa é branca, então o sapato é vermelho e a bolsa é branca.
- E) Se o sapato é vermelho ou o sapato é branco, então a bolsa é branca.

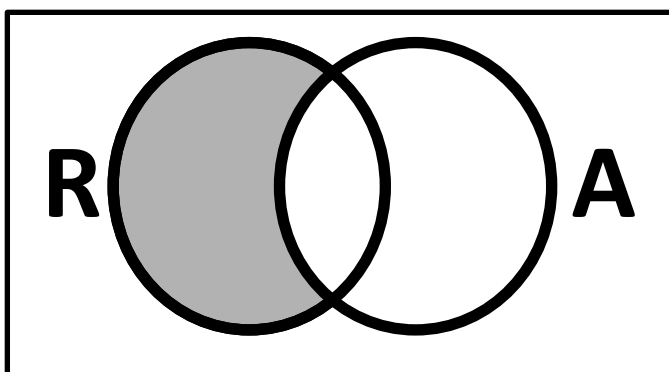
17. Dizer que não é verdade que Lucas fala inglês e Tiago fala alemão, é logicamente equivalente a dizer que é verdade que

- A) se Lucas não fala inglês, então Tiago não fala alemão.
- B) se Lucas não fala inglês, então Tiago fala alemão.
- C) Lucas não fala inglês ou Tiago não fala alemão.
- D) Lucas não fala inglês e Tiago não fala alemão.
- E) Lucas fala inglês ou Tiago não fala alemão.

18. Se Marli vai ao shopping, então Márcia vai ao cinema. Se Márcia vai ao cinema, então Helena vai ao jogo. Se Helena vai ao jogo, então Cristine vai à praia. Ora, Cristine não vai à praia, logo

- A) Márcia não vai ao cinema e Marli não vai ao shopping.
- B) Helena não vai ao jogo e Márcia vai ao cinema.
- C) Márcia vai ao cinema e Marli vai ao shopping.
- D) Helena vai ao jogo e Márcia vai ao cinema.
- E) Márcia não vai ao cinema e Marli vai ao shopping.

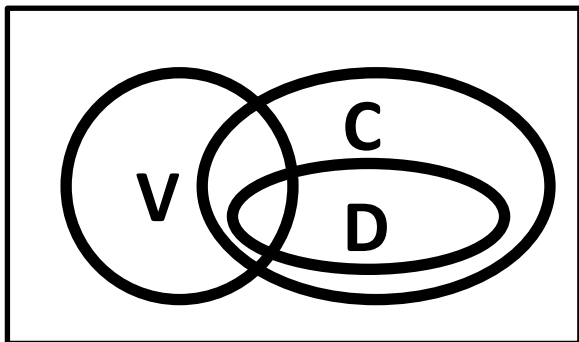
19. Os círculos no diagrama abaixo representam, respectivamente, o conjunto A dos esportes praticados por Armando e o conjunto R dos esportes praticados por Rivaldo.



Sabendo-se que a parte sombreada no diagrama não possui nenhum elemento, é CORRETO afirmar que

- A) todo esporte praticado por Armando é também praticado por Rivaldo.
- B) todo esporte praticado por Rivaldo é também praticado por Armando.
- C) nenhum esporte praticado por Armando é praticado por Rivaldo.
- D) nenhum esporte praticado por Rivaldo é praticado por Armando.
- E) algum esporte praticado por Rivaldo não é praticado por Armando.

20. Sendo V o conjunto de viajantes de uma determinada companhia; C, o conjunto de usuários de cartão de crédito e D, o conjunto de usuários de cartão de débito, de acordo com o diagrama abaixo, é CORRETO afirmar que é verdade que



- A) todo viajante é usuário de cartão de crédito.
- B) todo viajante é usuário de cartão de débito
- C) todo usuário de cartão de crédito é viajante.
- D) todo usuário de cartão de débito é usuário de cartão de crédito.
- E) todo usuário de cartão de crédito é usuário de cartão de débito.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

21. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos todos os citados nas alternativas abaixo, EXCETO:

- A) defesa da paz.
- B) o pluralismo político.
- C) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- D) dignidade da pessoa humana.
- E) cidadania.

22. Sobre os Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- B) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da Lei.
- C) Qualquer cidadão é parte legítima para propor mandado de injunção que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- D) Compreende direito do trabalhador a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- E) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

23. Sobre a organização do Estado prevista na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual dentro do período determinado por Lei Complementar Federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- B) É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios bem como a órgãos da administração direta da União participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.
- C) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da Lei.
- D) O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto, dentre outras hipóteses, quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- E) Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre orçamento.

24. Sobre a Administração Pública prevista na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Constituição Federal prevê, como forma de exceção, as hipóteses de se cumular cargo público remunerado. A referida exceção estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- B) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia, a empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- C) Não serão computadas, para limites de remuneração ou subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração as parcelas de caráter indenizatório previstas em Lei.
- D) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- E) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

25. Sobre o Poder Executivo previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A constituição Federal prevê, como um dos critérios de desempate dos candidatos eleitos à presidência da República, a qualificação do mais idoso.
- B) Constitui crime de responsabilidade do presidente da República o que atenta contra a lei orçamentária.
- C) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- D) Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.
- E) O Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou a queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal e nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

26. Sobre Atos Administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O parecer é exemplo de ato enunciativo.
- B) O Decreto é exemplo de ato normativo.
- C) Portaria é exemplo de ato ordinatório.
- D) O Poder Judiciário pode revogar um ato administrativo exarado pelo Poder Executivo.
- E) Atos complexos são aqueles cuja vontade final da administração exige manifestação de órgãos diversos.

27. Sobre Poderes Administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Poder Discricionário subordina o administrador à lei, todavia o agente dispõe de certa liberdade para atuar de acordo com um juízo de conveniência e oportunidade, podendo escolher dentre as formas possíveis, para se preservar o interesse público.
- B) O Poder de Polícia condiciona, permite, restringe o exercício de atividade, o uso e gozo de bens e direitos dos particulares em nome do interesse da coletividade.
- C) O Poder hierárquico pune a prática de infrações funcionais dos servidores e equiparados.
- D) O Poder Regulamentar edita normas complementares à lei para a sua execução.
- E) Não se admite a delegação do exercício do Poder de Polícia, pois se trata de atividade exclusiva do Estado.

28. Sobre o Estatuto do Funcionário Público do Município do Recife – Lei nº 14.728/85, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A posse no cargo público verificar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do ato específico de provimento no Diário Oficial da Cidade do Recife.
- B) A requerimento justificado do interessado, o prazo para tomar posse poderá ser prorrogado por mais cento e vinte (120) dias.
- C) O exercício do cargo terá início dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da posse, no caso de nomeação e da data da publicação oficial do ato, nos demais casos.
- D) A requerimento do interessado, e ajuízo da autoridade competente, o prazo para entrar em exercício poderá ser prorrogado por 30 (trinta) dias.
- E) O funcionário, mediante sua concordância por escrito, poderá ser colocado à disposição de qualquer outro órgão da União, do Distrito Federal, dos Estados, de Territórios, de Municípios e de suas entidades de administração indireta e fundações, com ou sem ônus para o Município.

29. Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Incorre no crime de **Emprego irregular de verbas ou rendas públicas** aquele que dá às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- B) Incorre no crime de **corrupção passiva** funcionário público que se apropriar de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- C) Incorre no crime de **condescendência criminosa** o funcionário que deixa, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.
- D) Incorre no crime de **corrupção ativa** quem oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
- E) Incorre no crime de **tráfico de influência quem** solicita, exige, cobra ou obtém, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.

30. Sobre a Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/92, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Reputa-se agente público, para os efeitos da Lei de Improbidade, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos entes da Administração Pública elencados na referida lei.
- B) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades elencadas na Lei de Improbidade, notadamente ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- C) O responsável pelo ato de improbidade que causa lesão ao erário sofrerá as seguintes sanções: ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- D) As ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na referida Lei podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança e dentro do prazo prescricional previsto em Lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
- E) A lei de improbidade não se aplica ao particular que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta, sendo-lhe aplicável a legislação penal e civil.

DIREITO FINANCEIRO

31. Sobre a previsão constitucional acerca do Orçamento Público, analise os itens abaixo:

- I. _____ compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- II. _____ somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- III. _____ compreenderá, também, o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- IV. _____ compreenderá, também, o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Assinale a alternativa cujos termos preenchem CORRETAMENTE as lacunas acima.

- A) I – Lei Orçamentária Anual; II – Abertura de crédito suplementar; III – Lei de Diretrizes Orçamentárias; IV – Lei Orçamentária Anual.
- B) I – Lei de Diretrizes Orçamentárias; II – Abertura de crédito extraordinário; III – Lei Orçamentária Anual; IV – Lei Orçamentária Anual.
- C) I – Lei Orçamentária Anual; II – Abertura de crédito extraordinário; III – Lei de Diretrizes Orçamentárias; IV – Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- D) I – Lei de Diretrizes Orçamentárias; II – Abertura de crédito suplementar; III – Lei de Diretrizes Orçamentárias; IV – Lei Orçamentária Anual.
- E) I – Lei de Diretrizes Orçamentárias; II – Abertura de crédito suplementar; III – Lei Orçamentária Anual; IV – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

32. Sobre a classificação em categoria econômica das Receitas e Despesas Públicas, nos termos da Lei nº 4.320/64, analise os itens abaixo:

- I.** São Receitas de Capital as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- II.** São Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.
- III.** Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- IV.** Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) III e IV. B) I, II e IV. C) I, III e IV. D) II, III e IV. E) I, II, III e IV.

33. A respeito da classificação em categoria econômica das Receitas e Despesas Públicas, nos termos da Lei nº 4.320/64, analise os itens abaixo:

- I.** Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.
- II.** Classifica-se como Inversão Financeira a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital.
- III.** Classifica-se como Inversão Financeira a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
- IV.** Consideram-se subvenções as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) III e IV, apenas. B) I, II e IV, apenas. C) I, III e IV, apenas. D) II, III e IV, apenas. E) I, II, III e IV.

34. Sobre o conceito e estágios da Despesa Pública, nos termos da Lei nº 4.320/64, analise os itens abaixo:

- I.** O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente, que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- II.** É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- III.** A liquidação da despesa é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
- IV.** A ordem de pagamento consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) III e IV. B) I, II e IV. C) I e II. D) I, II e III. E) I, II, III e IV.

35. Sobre a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/00, analise os itens abaixo:

- I.** A renúncia de Receita compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- II.** Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa de capital derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- III.** A “Regra de Ouro” prevista na Constituição Federal veda a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- IV.** As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) III e IV, apenas. B) I, II e IV, apenas. C) I e II, apenas. D) I, III e IV, apenas. E) I, II, III e IV.

36. Sobre os limites de despesa com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/00, analise os itens abaixo:

- I. Com relação aos Municípios, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida.
- II. Não serão computadas nas despesas com pessoal as indenizações por demissão de servidores ou empregados.
- III. Não serão computadas as despesas com pessoal relativas a incentivos à demissão voluntária.
- IV. Serão computadas as despesas com pessoal decorrentes de ações judiciais.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) II e III. B) I, II e III. C) II, III e IV. D) I, III e IV. E) I, II, III e IV.

37. Sobre os limites de despesa com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/00, analise os itens abaixo:

- I. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
- II. É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão.
- III. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, é vedado ao Poder ou órgão o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.
- IV. Não alcançada a redução da despesa excedida no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá, dentre outras penalidades, contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) II e III, apenas. B) I, II e III, apenas. C) II, III e IV, apenas. D) I, III e IV, apenas. E) I, II, III e IV.

38. Sobre o Código de Administração Financeira do Município do Recife, Lei nº 14.512/83, analise os itens abaixo:

- I. Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até o final do respectivo exercício, distinguindo-se as processadas das não processadas, excluídas aquelas impugnadas ou pendentes de regularização.
- II. A Dívida Pública, quanto à origem dos recursos, é considerada externa, quando contraída no país, mas fora do Município.
- III. Os Ordenadores de Despesa responderão administrativa, civil e criminalmente pelas autorizações em desacordo com as especificações orçamentárias.
- IV. A dívida consolidada compreende toda e qualquer obrigação contraída pelo município em decorrência de financiamentos ou empréstimos, mediante a celebração de contratos, emissão ou aceite de títulos, ou concessão de quaisquer garantias, que represente Compromisso assumido em um exercício para resgate em exercício subsequente.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) II e III. B) I, III e IV. C) II, III e IV. D) I, II e IV. E) I, II, III e IV.

39. Sobre os Princípios Orçamentários e a previsão constitucional, analise os itens abaixo:

- I. Pelo Princípio da Legalidade são vedados o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual bem como a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- II. A abertura de Créditos Extraordinários via Medida Provisória para atender às despesas imprevisíveis e urgentes não constitui exceção ao Princípio da Legalidade.
- III. A Súmula nº 66 do Supremo Tribunal Federal, na qual determina que “*é legítima a cobrança do tributo que houver sido aumentado após o orçamento, mas antes do início do respectivo exercício financeiro*”, é exceção ao Princípio da Universalidade.
- IV. O Princípio da Universalidade dispõe que o legislador não poderá vincular receitas públicas a determinadas despesas, órgão ou fundos.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) II e III. B) III e IV. C) I e III. D) I, III e IV. E) I, II, III e IV.

40. A Constituição Federal dispõe que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Para o cumprimento dos referidos limites, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão tomar algumas providências, EXCETO:

- A) Excepcionalmente o servidor estável poderá perder o cargo, após o corte de pessoal não estável, comissionado e de função de confiança.
- B) Extinção do cargo objeto de redução da despesa, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes pelo prazo de quatro anos.
- C) Indenização ao servidor que perder o cargo em um mês de remuneração por ano de serviço.
- D) Exoneração em pelo menos cinquenta por cento dos servidores não estáveis.
- E) Redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.

CONTABILIDADE PÚBLICA

41. Assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A coordenação do Sistema de Controle Interno do Município do Recife - SCI será exercida pela CGM.
- B) A CGM deverá avaliar a ação governamental e a gestão dos administradores públicos municipais.
- C) Cabe à CGM orientar a Administração Pública quanto à eficácia, eficiência, efetividade e economicidade dos atos de gestão.
- D) Cabe à CGM atuar como órgão consultivo jurídico das entidades e órgãos municipais.
- E) Cabe à CGM orientar a Administração Pública nos aspectos relacionados com os Controles Internos e Externos.

42. Sujeitam-se às fiscalizações da CGM:

- I.** Qualquer pessoa física que receba recursos públicos do Município.
- II.** Qualquer pessoa jurídica, sem fins lucrativos, que receba recursos públicos do Município.
- III.** Qualquer pessoa jurídica, com fins lucrativos, que receba recursos públicos do Município.
- IV.** Qualquer pessoa jurídica, sem fins lucrativos, que administre recursos públicos do Município.

Das afirmativas acima são CORRETAS as constantes dos itens

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) II, III e IV.
- D) I, II e III.
- E) I, II, III e IV.

43. Assinale a alternativa CORRETA.

- A) Compete ao Coordenador da CGM encaminhar documentação ao Ministério Público, quando da verificação de condutas que possam ser caracterizadas como ato de improbidade administrativa.
- B) Compete ao Assessor de Planejamento da CGM propor e elaborar modificações normativas.
- C) Compete ao Assessor Jurídico verificar a compatibilidade da Lei Orçamentária Anual com o PPA, a LDO e as normas da LRF.
- D) Compete à Gerência de Serviços de Auditoria da CGM analisar o Relatório Anual da Auditoria Interna e as sugestões para a melhoria do desenvolvimento das atividades correlatas.
- E) Compete à Diretoria Geral de Controle e Acompanhamento da Gestão avaliar os resultados da ação governamental e da gestão.

44. Segundo a Lei Municipal Nº 14.512, o Orçamento Plurianual de Investimentos poderá ser reajustado anualmente, acrescentando-se lhe a previsão de mais um

- A) ano.
- B) biênio.
- C) triênio.
- D) quadriênio.
- E) quinquênio.

45. As unidades orçamentárias e órgãos vinculados à Prefeitura do Recife deverão encaminhar as propostas parciais de orçamento ao seu órgão central de orçamento até o dia

- A) 31 de maio de cada ano.
- B) 15 de julho de cada ano.
- C) 31 de julho de cada ano.
- D) 15 de junho de cada ano.
- E) 30 de junho de cada ano.

46. Será promulgado como Lei o projeto de Lei Orçamentária que não tenha sido votado pela Câmara Municipal e devolvido ao Poder Executivo para sanção até o dia

- A) 30 (trinta) de outubro.
- B) 15 (quinze) de novembro.
- C) 30 (trinta) de novembro.
- D) 15 (quinze) de dezembro.
- E) 30 (trinta) de dezembro.

47. Analise as afirmativas abaixo:

- I.** Os créditos orçamentários especiais são os destinados a reforço de dotação orçamentária.
- II.** Os créditos orçamentários suplementares são os destinados a despesas excepcionais e urgentes.
- III.** Os créditos orçamentários extraordinários são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- IV.** Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por Lei de Iniciativa do Poder Executivo e abertos por Decreto.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) III e IV.
- C) III.
- D) IV.
- E) I e II.

48. Segundo a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, NÃO poderá exceder, na União, nos Estados e nos Municípios, respectivamente, os percentuais da receita corrente líquida:

- A) 50%, 50% e 60%.
- B) 60%, 50% e 50%.
- C) 50%, 60% e 60%.
- D) 50%, 55% e 60%.
- E) 50%, 55% e 55%.

49. Do percentual máximo de comprometimento da receita corrente líquida com despesa de pessoal permitido para os municípios, a sua repartição NÃO poderá exceder a

- A) 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo.
- B) 6% para o Legislativo e 44% para o executivo.
- C) 8% para o Legislativo e 47% para o Executivo.
- D) 8% para o Legislativo e 52% para o Executivo.
- E) 8% para o Legislativo e 42% para o Executivo.

50. Constitui dívida pública consolidada ou fundada o montante total da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a

- A) seis meses.
- B) doze meses.
- C) vinte e quatro meses.
- D) dez meses.
- E) dezoito meses.